

ARTIGO

A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E TENSÕES DO TEMPO

GLAUBER CÍCERO FERREIRA BIAZO

Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Professor adjunto de Teoria da História do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM-PPP/004/2017). Agradecemos à Universidade Federal do Amazonas e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, instituições também responsáveis pelo trabalho.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1297-6663>.

RESUMO: O artigo analisa como documento uma entrevista inédita de história oral de vida acadêmica realizada com o Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva. Investiga-se a maneira como o docente produziu uma memória narrativa reconstruindo suas experiências acadêmicas desde os anos 1960 até o início dos anos 2010. A fonte de pesquisa estabelecida permitiu uma imersão no trabalho de memória do narrador e a averiguação dos meandros de um processo que implica escolhas e representações sobre o passado. Investiga-se a maneira como o professor reconstruiu narrativamente sua história de vida intelectual, dando forma a uma identidade acadêmica vinculada à história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

PALAVRAS-CHAVE: Franklin Leopoldo e Silva; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); História Oral de Vida Acadêmica.

FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA'S ACADEMIC TRAJECTORY: HISTORY, MEMORY AND TENSIONS OF THE TIME

ABSTRACT: The article analyzes as an oral history document the unpublished interview on academic life given by Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva. It investigates the way in which the professor produced a narrative memory by reconstructing his academic experiences from the 1960s to the beginning of the 2010s. The established research source allowed an immersion in the narrator's memory work and the investigation of the intricacies of a process that implies choices and representations about the past. It investigates the way Silva narratively reconstructed his history of intellectual life, giving shape to an academic identity linked to the history of the Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences at the University of São Paulo (FFLCH-USP).

KEYWORDS: Franklin Leopoldo e Silva; Faculty of Philosophy, Language and Human Sciences (FFLCH-USP); Academic Oral life history.

Recebido em: 23/12/2020

Aprovado em: 28/01/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v71p351-374>

APRESENTAÇÃO

Franklin Leopoldo e Silva nasceu em São Paulo, em 1947, e atualmente é professor titular aposentado do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Essa Faculdade tem sido o palco principal de sua atuação docente desde os primeiros anos de formação na graduação: “Minha família materna, no entanto, é toda do sul de Minas Gerais. Meu pai nasceu em Ponta Grossa no Paraná. Fiz meus estudos em colégios religiosos. Estudei no Colégio Salesiano e depois no Colégio Marista, até o ginásio”, comentou o professor (SILVA, 2012). Cursou o antigo clássico em escola pública e prestou o vestibular para Filosofia na Faculdade de Filosofia da USP, na qual realizou a graduação entre 1967 e 1971: “A partir de 1968 a Faculdade de Filosofia da Maria Antônia se tornou um foco político, diria até de abrangência nacional. Ela concentrava ali todo um trabalho de irradiação da resistência política” (SILVA, 2012).

O início de sua carreira docente coincidiu com o começo do mestrado orientado pela Prof.^a Marilena Chauí, que resultaria na dissertação *O lugar da psicologia no pensamento de Bergson*, concluída em 1975. Franklin realizou o doutorado também sob a orientação de Chauí, que foi defendido em 1981 com o título *Imagem e moral do homem na filosofia francesa do final do século XIX e início do século XX*. Em 1991, defendeu a livre-docência com a tese *Bergson: Intuição e discurso filosófico*.

Em um texto publicado em 1992 intitulado “Bergson e Proust: tensões do tempo”, Franklin Leopoldo e Silva apresentou aos seus leitores algumas das análises que marcaram sua interpretação sobre a obra do filósofo Henri Bergson à luz de um diálogo estabelecido com Marcel Proust (SILVA, 1992). Ao provocar essa aproximação entre as reflexões de Bergson sobre a memória entrecruzando-as com as concepções sobre a lembrança e a percepção do tempo presentes nos volumes do clássico “Em busca do tempo perdido”, o professor de filosofia em tela defendia a necessidade de nossa sociedade investir esforços em uma leitura crítica do tempo, portanto, em sua desnaturalização.

Sendo o estudioso mais importante sobre Henri Bergson em nosso meio, como Franklin mediaria seus conhecimentos teóricos sobre a memória para falar sobre a sua própria história de vida acadêmica? Que trabalhos seriam empreendidos pela memória de nosso narrador e quais reencontros seriam costurados quando solicitado a falar sobre as experiências vivenciadas como aluno e professor de Filosofia na FFLCH-USP? O presente artigo investiga a partir de fundamentos teóricos produzidos no âmbito da história oral, a maneira como Franklin Leopoldo e Silva reconstruiu narrativamente sua história de vida intelectual dando forma a uma identidade acadêmica (MEIHY, 2005).

Para Ricoeur, também ávido leitor de Bergson, a lembrança se caracteriza pela reconstrução de uma experiência híbrida, mista, que envolve relações temporais estabelecidas entre presente, passado e futuro: “A lembrança, anamnésis, é evocada, buscada. Buscar é esperar reencontrar. E reencontrar é reconhecer o que uma vez – anteriormente – se aprendeu” (RICOEUR, 2012, p. 443). Percorrer o caminho reconstruído por Franklin através da narrativa foi um privilégio e uma oportunidade para conhecer o modo como esse intelectual que pesquisou a respeito da memória debruçou atenção sobre si mesmo e, enfim, apresentou uma trajetória acadêmica a partir de um diálogo estabelecido com as tensões do presente. Afinal, qual foi o sentido atribuído por nosso narrador à sua própria experiência acadêmica no tempo?

A ENTREVISTA

A entrevista foi realizada em 24 de outubro de 2012 no saguão do atual prédio pertencente ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). O banco pouco confortável em que nos sentamos e a passagem frequente de transeuntes não perturbou as buscas de nosso narrador, pelo contrário, estar naquele espaço parece ter incitado sua memória a trabalhar no reencontro com alguns momentos marcantes de sua experiência. O que também ensejou o trabalho de memória de Franklin foi certamente o convite realizado para que pudesse falar sobre sua trajetória acadêmica como parte de um grupo de professores titulares que vivenciaram integralmente todas

as etapas da carreira docente implementada na Universidade de São Paulo durante a ditadura militar.

A entrevista com o Prof. Franklin foi feita em um contexto de produção de outras entrevistas de história oral para uma pesquisa que versou sobre a trajetória acadêmica de docentes titulares da FFLCH-USP (BIAZO, 2014). As expectativas em torno do diálogo estavam ligadas, em princípio, ao fato do entrevistado ter escrito sobre o papel da universidade pública e elaborado algumas problematizações essenciais para pensar o seu estatuto no processo de construção da democracia política no país. Somado a isso, interessava entender como a narrativa de história de vida acadêmica seria estabelecida por um professor responsável pela produção de uma importante reflexão a respeito da obra de Henri Bergson, filósofo que escrevera livros seminais sobre a questão da memória no século XX. Afinal, de que maneira um teórico dedicado em pesquisar sobre a memória se comportaria diante de um convite para uma entrevista na qual ele seria o responsável pela rememoração? Como a sua narrativa organizaria a própria trajetória de vida acadêmica? De que maneira a narrativa de sua experiência traria os elementos presentes nos fortes laços criados pela construção de uma reflexão acadêmica sobre a memória e sobre o papel da universidade pública? Em quais acordes, ritmos e harmonia a sua história de vida acadêmica seria composta narrativamente?

As experiências docentes bem como a produção formal de um intelectual, quando emolduradas pelas memórias pessoais narradas, permitem uma recriação das estratégias subjetivas empregadas em diferentes temporalidades. Desse modo, o artigo defende uma proposta teórica de história oral de vida acadêmica que visa redimensionar os dados de natureza objetiva por intermédio dos filtros estabelecidos pelas relações entre memória, história e esquecimento (RICOEUR, 2007). Entrementes, a entrevista produzida pela história oral é uma fonte que enseja a compreensão dos meandros do processo de construção de uma fisionomia acadêmica elaborada por cada intelectual sobre a sua própria trajetória (MEIHY, 2005).

O epílogo da entrevista concedida merece atenção particular, nele o narrador dedicou à docência uma centralidade que propicia um sentido para o conjunto de sua atividade intelectual. Esse arremate narrativo tem

um significado especial porque se trata de uma síntese que contém uma mensagem vital sobre a sua trajetória acadêmica:

Toda a minha formação, o que recebi como herança, da pouca convivência que tive com os grandes professores da Faculdade de Filosofia naquele período complicado... Tive oportunidade de conviver com eles antes e depois de tudo isso, o que nós adquirimos aqui e eu, de maneira muito particular, foi uma consciência específica da posição do professor de filosofia. Isso era o que os professores mentores do Departamento de Filosofia queriam. Quando o Departamento surgiu ele apareceu contra os filósofos da época. O Cruz Costa chamava-os de “os filósofos do município”, porque pensavam freneticamente sem base, sem disciplina. Então a formação e orientação que tivemos era essa: “Você vai ser professor de filosofia”. Se, além disso, você tiver que ser um filósofo, um criador de ideias, isso vai acontecer... Mas não tente fazer! Ele advertia. Se acontecer, acontecerá... Agora, se concentre em ser um bom professor de filosofia, essa é a tua tarefa, isso você tem que fazer para os alunos. Como dizia o Millor Fernandes, pensar é só pensar... (SILVA, 2012).

A referência a uma tradição filosófica a qual se sente pertencente é um forte indício de que laços profissionais e afetivos foram responsáveis pela construção de uma memória coletiva em torno da formação acadêmica propiciada pela Faculdade de Filosofia (HALBWACHS, 1990, p.34). Ao avaliar a sua própria formação enquanto docente e filósofo, Franklin faz questão de destacar o compromisso pedagógico de seus mestres. Para estes, os graduandos precisavam compreender o seu papel enquanto bacharéis e, fundamentalmente, professores da área de filosofia. Nesse sentido, ser professor de filosofia para esta tradição significa aprender a ler com critério os filósofos, para também um dia poder “ensinar a ler” com o devido rigor e disciplina crítica. Ao mesmo tempo, a ênfase contida na formação filosófica defendida por nosso narrador pode ser traduzida na incorporação de uma postura intelectual que preza por uma formação preocupada com o ensino dos processos de produção do conhecimento. O narrador ressalta que “pensar filosoficamente exige disciplina”. Um bom professor de filosofia é aquele capaz de ensinar “como ler” com disciplina. Essa proposta de ensino defende que, ao compreender como os autores clássicos sistematizaram suas concepções e elaboraram suas interpretações sobre um dado problema, o aluno conquista a autonomia necessária para definir sua atuação, inclusive pública, no campo da filosofia.

A narrativa de Franklin apresenta suas afinidades em relação ao ensino de filosofia, constituindo uma fonte privilegiada para a investigação de sua carreira formal e para a compreensão da identidade acadêmica desenhada pelos ditos e interditos:

As cobranças são muito comuns quando vou dar aulas ou palestras em outros lugares, onde essa concepção da separação entre a Filosofia e a atuação do professor não é muito nítida. As pessoas perguntam: “Mas e você? O que você pensa?”. “Você já falou do Descartes, e a gente até entendeu, mas o que você pensa?”. Eu tenho dificuldade, mas não me envergonho dela. Eu vejo nisso uma espécie de disciplina intelectual que é necessária e me foi inculcada. Eu aceitei e adotei esse perfil. Anedoticamente, na minha família, circula um ditado que é mais ou menos assim: “Quando é que o Franklin vai começar uma frase que não seja por essa expressão: Segundo fulano...”. E eu digo para eles: Nunca!... Nunca!... Porque eu só sei fazer isso. Eu fui treinado para isso. Então vejo o significado da minha carreira principalmente dentro desse perfil. (SILVA, 2012).

O recurso utilizado por Franklin para definir sua trajetória é parte de um conjunto sofisticado de recursos teóricos desenvolvidos por uma tradição intelectual e aprendidos com décadas de estudos, pesquisas e esforços acadêmicos cujo objetivo foi a construção de uma formação centrada no ensino da filosofia. Reconhecer-se como parte de uma tradição filosófica que defende uma perspectiva de formação crítica também significa definir a si mesmo enquanto um tipo específico de intelectual. Nessa perspectiva, a construção de uma memória narrativa que delinea a sua trajetória no tempo precisa ser compreendida também como parte de um processo de elaboração de uma identidade docente. (TADEU DA SILVA, 2000). Essa identidade, por sua vez, necessita ser investigada a partir de um contexto histórico mais amplo que baliza as negociações travadas no interior da academia e nas mais diferentes esferas da sociedade brasileira. Afinal, foi como funcionário público que Franklin exerceu o papel de professor de filosofia, pesquisador e administrador de uma prestigiada universidade brasileira.

FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE GUERRA: A “BATALHA DA MARIA ANTÔNIA”

No início da década de 1960, a Faculdade de Filosofia destacava-se no cenário político nacional por intermédio de alguns professores engajados na Campanha de Defesa da Escola Pública, no debate a respeito das Reformas de Base – até mesmo no que dizia respeito à questão da Reforma Universitária – e na participação de estudantes durante a Greve do 1/3 ocorrida entre maio e agosto de 1962. Segundo o *Livro Negro da USP*, as divergências em relação às propostas dos grevistas provocaram uma grande polarização dos professores: enquanto um grupo foi organizado em torno dos adeptos da democratização da universidade, outro firmou posição reunindo os conservadores que defendiam intransigentemente os privilégios da cátedra (ADUSP, 2004, p.16).

Após o golpe civil-militar de 1964, as posições políticas dos professores da USP ficaram ainda mais evidentes quando um grupo se aliou ao reitor Gama e Silva – que ocupava provisoriamente as pastas da Justiça e da Educação no governo Castelo Branco – em defesa dos militares; enquanto outro passava a ser perseguido por uma Comissão de Inquérito criada pela própria reitoria. O objetivo da Comissão de Inquérito era punir os “responsáveis por infiltrar ideias marxistas”, “sendo agentes de processos subversivos dentro da universidade”.

O ensino superior no Brasil sofreu significativas mudanças a partir das orientações traçadas pela *United States Agency for International Development* (USAID) e dos decretos aprovados com base nos chamados “Acordos MEC-USAID”. As medidas legais tinham como objetivo controlar o movimento estudantil que tomava as ruas e implantar, no interior das universidades, um modelo de administração empresarial. Em um estudo clássico, Otaíza Romanelli demonstra como o estabelecimento dessas novas regras visava o alcance de metas, tais como economia de recursos e aumento de produtividade:

O Decreto-Lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967, determinou que cada unidade universitária fosse estruturada em unidades menores, chamadas departamentos, que deveriam reunir disciplinas afins. Eliminou-se, assim, a possibilidade de coexistência de disciplinas idênticas ou afins, multiplicadas por várias secções ou unidades. Concentrava-se, com isso, o ensino e a pesquisa de uma mesma área em departamentos, o que deu grande economia à utilização de recursos. (ROMANELLI, 1984, p. 217)

Na contramão das medidas repressivas que atingiam a universidade pública, foram formadas Comissões Paritárias no interior da Universidade de São Paulo, que nasceram a partir da discussão iniciada em 1967 em torno da reformulação do currículo de alguns cursos como Ciências Sociais e Geologia. As Comissões Paritárias de alunos e professores vingaram, primeiramente, nas Ciências Sociais, graças ao apoio concedido pelos auxiliares de ensino. Segundo Cunha, “em oposição à universidade existente, a Comissão Paritária da FFCL projetou a universidade crítica, também chamada de universidade nova” e ganhou a adesão de outras unidades da USP:

A divulgação do Relatório Ferri, em junho, induziu, como reação contrária, a formação de comissões paritárias em outras seções da FFCL e em outras unidades. Nessa Faculdade, onde a influência de estudantes e professores de Ciências Sociais se fazia sentir mais fortemente, foi organizada uma comissão, também paritária, em nível de unidade – chamada comissão geral – com representantes das comissões seccionais. Uma comissão paritária da USP foi proposta no Conselho Universitário, surpreendentemente por um professor catedrático, mas não chegou a produzir resultados. (CUNHA, 2007, p.155-6)

A antiga FFLC situada na Rua Maria Antônia transformava-se na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) como resultado de um processo de “otimização de recursos econômicos” orquestrado pela Lei 5540/68. Esta legislação tecnicista, por sua vez, baseava-se nas orientações de Rudolph Atcon presentes no livro *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira* e em um fundamentalismo de mercado que passou a gerenciar a administração do ensino superior e das universidades brasileiras de acordo com a “teoria” do capital humano (SAVIANI, 2008, p.109).

Enquanto alunos e professores negociavam a reformulação pedagógica dos cursos e disciplinas e debatiam questões administrativas, o movimento estudantil intensificou suas ações públicas em 1968 e o trabalho no interior da universidade, em especial, no prédio da Rua Maria Antônia, transformado em um dos centros contestadores do regime. Atenta à articulação das forças políticas progressistas no interior da instituição, a ditadura fez vistas grossas ao ataque efetuado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) a partir do

prédio da Universidade Mackenzie: pedras e bombas foram jogadas, além de tiros terem sido disparados com armas de fogo. Estudantes e professores permaneceram defendendo o patrimônio público até a retirada forçada polícia militar paulista.

O atentado ficou conhecido como “A Batalha da Maria Antônia”, ou “Guerra da Maria Antônia” e contou com a omissão da Reitoria da USP, da polícia e do governo do Estado. A Rua Maria Antônia (São Paulo-SP), onde se situavam a Universidade Mackenzie e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, foi palco do conflito que resultou no assassinato do secundarista José Guimarães que foi atingido por um tiro disparado pelo Comando de Caça aos Comunistas – CCC, alojado no alto de um dos prédios pertencentes ao Mackenzie (CARDOSO, 2001, p.101-108).

Os ataques de 2 e 3 de outubro marcaram sensivelmente a história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências e mantiveram-se como referência nos embates políticos travados durante o processo de transição da ditadura para a democracia política. Além disso, a “Batalha da Maria Antônia” impôs a interdição do prédio e a transferência da Faculdade e de seus cursos para barracões de zinco improvisados na Cidade Universitária. Os ataques à USP ganharam força após a promulgação do AI-5 em 12 de dezembro de 1968, permitindo que em 25 de abril de 1969 um decreto fosse publicado determinando a aposentadoria sumária dos primeiros docentes. Entre 42 pessoas atingidas e diversos intelectuais, havia três professores da USP: Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e João Batista Villanova Artigas. Apenas quatro dias depois, um novo decreto foi publicado atingindo 24 professores da USP, sendo que seis deles foram ligados curiosa e incorretamente à instituição (ADUSP, 2004, p.45-49).

O segundo decreto publicado em 29 de Abril de 1969 providenciou o acirramento dos ataques contra servidores públicos universitários, atingindo especialmente os quadros docentes. Suas determinações descerraram um primeiro golpe violentíssimo contra o Departamento de Filosofia da FFLCH-USP ao deliberar a aposentadoria imediata de dois de seus mais respeitados mestres, Bento Prado de Almeida Ferraz Junior e José Arthur Gianotti. Em entrevista à Comissão da Verdade da USP, afirmou Gianotti: Foi esse clima que a repressão quebrou. Bento Prado Jr. e eu fomos aposentados compulsoriamente, mas outros, como Ruy Fausto, Helena Hirata, Michael

Löwy e muitos mais foram obrigados a se exilar”. À mesma Comissão, Ruy Fausto contou que, em uma conversa com sua esposa, decidiram pelo exílio: “Finalmente, quando nos demos conta de que me confundiam com um intelectual chefe de guerrilha, resolvemos sair do País. Assim, não fui exonerado, pedi demissão”. (Comissão da Verdade da USP, 2018, p. 61).

O fechamento do tradicional prédio da Rua Maria Antônia foi acompanhado por medidas que não somente produziram prejuízos teóricos à formação acadêmica, como também deram início a uma série de outras ações persecutórias e de controle geridas pela Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI-USP) contra funcionários, alunos e professores. Criada oficialmente em maio de 1973, a AESI-USP estava subordinada à Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que, por sua vez, pertencia ao Sistema Nacional de Informações (MOTTA, 2008). Na USP ela estava vinculada diretamente à reitoria e investigava atividades desenvolvidas por alunos e professores, inclusive os processos de contratação. O principal responsável pela direção da AESI – USP era o Sr. Leovigildo Pereira Ramos, conhecido como “Dr. Leo”, que trabalhava em uma sala próxima ao gabinete do reitor.

Para Franklin, a transferência dos cursos para a Cidade Universitária havia imposto um exílio político a discentes e docentes, ou seja, um afastamento forçado do convívio com as pessoas no centro da cidade. Além disso, alguns departamentos como o de Filosofia, sofreram uma séria precarização de suas atividades dada à falta de uma estrutura física adequada:

Isso tudo para você ter uma ideia das condições precárias e também de certa marginalização da Faculdade. Uma marginalização aberta e do ponto de vista físico. Costumo dizer que a Faculdade de Filosofia sempre foi marginal. Apesar de ela ser o centro da universidade e ter sido fundada com essa função, ela sempre foi colocada de lado em termos de estrutura de poder. Nunca teve uma influência muito grande, a não ser do ponto de vista intelectual. No que diz respeito à organização da universidade, o domínio sempre partiu das grandes escolas profissionais. Essa marginalização, portanto, sempre existiu. Mas com os barracões a gente teve a experiência de uma marginalização completa. A situação de não ter onde ficar, onde comer, não ter lugar para ter uma aula decente, para o professor trabalhar. Enfim, eram barracões muito precários... Chuva, lixo, ratos, enfim, tudo havia lá. E não havia nenhuma intenção de resolver o problema. Qualquer pedido mais incisivo era posto na conta da subversão, da politização, não era levado em conta. (SILVA, 2012)

Depois que a Maria Antônia foi atacada, queimada e fechada pelo poder público, a maioria dos cursos teve de ser transferida para barracões de zinco improvisados na Cidade Universitária. A pulverização e reorganização física da instituição foi acompanhada da implementação do processo de profissionalização da carreira acadêmica. Enquanto perseguições e incertezas tomavam conta do país, novos professores foram contratados para substituir os mestres que haviam sido colocados para fora dos quadros.

CARREIRA ACADÊMICA: TEMPO E MUDANÇAS

Uma geração espremida entre dois cenários opostos: a herança do passado autoritário, das feridas deixadas pelas lutas contra o regime militar – entre as quais, as torturas, a clandestinidade, a suspeita de delação, o medo, a insegurança, a incerteza, o exílio, as mortes; e as expectativas de um futuro cujo horizonte de abertura política pareciam estreitos, sobretudo, porque apelavam para a velha fórmula da conciliação. (ADORNO, 2004)

Ao percorrer alguns caminhos delimitados pelo trabalho de memória empenhado pelo Prof. Leopoldo e Silva, o leitor pode observar o modo como algumas perspectivas subjetivas são fruto de vivências pessoais costuradas a questões que afetaram a universidade como um todo. Contextualizar as experiências narradas por Franklin significa interpelar o trabalho narrativo de memória, averiguando como sua identidade acadêmica é concebida pessoal e coletivamente no tempo (BOSI, 2003). Quando a narrativa pessoal elaborada no presente ilumina e é iluminada pela memória coletiva, pode-se avaliar a centralidade que os anos de formação política e filosófica vividos na Maria Antônia tiveram em sua trajetória, marcando indelevelmente toda uma geração.

As narrativas que versam sobre o início de sua carreira docente remetem a significados responsáveis por revisitar um contexto de guerra para a Maria Antônia e reviver momentos cruciais para a sua formação. Ao descrever os múltiplos ataques promovidos pelo estado ditatorial contra a universidade, Franklin articulou uma narrativa expondo as dificuldades

impostas aos graduandos de toda Universidade de São Paulo, em particular, aquelas sofridas pelo Departamento de Filosofia:

As cassações do Departamento de Filosofia foram graves e desastrosas. Muitos professores ou foram caçados ou tiveram que sair, que se afastar por iminência de serem presos. Então o resultado disso foi que nós ficamos com poucos professores e um conjunto então muito prejudicado. Eu mesmo e meus colegas, nessa segunda metade do curso que fiz na cidade universitária, fizemos disciplinas improvisadas. Improvisadas porque chegamos ao ponto de não ter professores para uma determinada disciplina. Aquele que estava acostumado a trabalhar e era especializado não estava mais lá e havia a impossibilidade de suprir essa lacuna. E não era o caso de se fazer porque isso também poderia demonstrar certa adaptação à situação... Então fizemos um curso muito desfalcado. Isso é uma espécie de paradoxo. Certamente era o melhor lugar para se fazer um curso de Filosofia, mas concretamente tornou-se um curso lacunar e desfalcado devido a circunstâncias na qual minha geração completou o curso. (SILVA, 2012).

A Lei 5540/68 havia imposto reformas que tinham por objetivo “aperfeiçoar economicamente” a universidade e sintonizar sua estrutura administrativa a novas perspectivas pedagógicas que priorizavam exigências externas atreladas à produção industrial e ao projeto de desenvolvimento econômico orquestrado pelos militares. A extinção da antiga Faculdade de Filosofia enquanto um complexo interdisciplinar responsável pela formação básica humanista, a criação de cursos de curta duração e, até mesmo, o fim da cátedra – que, por motivos diversos, também era uma reivindicação presente na pauta do movimento estudantil –, faziam parte de um projeto que circunscrevia as universidades à lógica da aplicação de recursos em educação mediante a maximização de resultados economicamente viáveis.

A concepção vazia e linear de progresso defendida pelos militares começava a atingir drasticamente o dia-a-dia das universidades públicas. Cabe observar, contudo, que o compromisso de uma importante parcela dos docentes estabelecido com a qualidade das pesquisas e do ensino ministrado na instituição tornou possível evitar que os princípios tecnicistas que pregavam a mercantilização da vida acadêmica atingissem todos os seus fins. Além disso, o fato de Franklin e seus contemporâneos terem iniciado suas atividades de ensino muito jovens – em um regime ainda tímido e precário de profissionalização –, contribuiu para uma avaliação

crítica e, ao mesmo tempo, cuidadosa em relação à institucionalização da carreira universitária:

O reitor nessa época já era o Miguel Reale, senão exatamente no momento em que fomos contratados, exatamente depois. O Reale teve uma atitude bastante razoável em relação à Filosofia que era a área dele. Ele era da área de Filosofia do Direito. Nós todos esperávamos que eles tomassem conta de tudo, era a oportunidade que eles tinham. A gente já estava até conformado. Achávamos que eles todos viriam para cá e iriam dar aulas. Não havia o que fazer, mas nas conversas que os professores mais velhos tiveram com ele, ele disse que não iria fazer isso. Disse que o próprio departamento deveria providenciar substitutos. Fazer a sua seleção porque ele não iria interferir. Essa foi uma atitude bastante razoável e uma coisa a ser lembrada. Era uma pessoa de direita, porém com certa decência. Hoje em dia essa separação está ficando complicada. Então eu e meus colegas que entramos éramos da mesma geração, tínhamos quase todos a mesma idade e, portanto, éramos muito pouco experientes. Nunca tínhamos dado aulas, era muito raro alunos darem aulas naquela época. (SILVA, 2012)

A atuação docente de Franklin Leopoldo e Silva transcorreu justamente durante o avanço gradual de profissionalização das carreiras acadêmicas. O fato de ter convivido com o regime de cátedras e acompanhado sua lenta desestruturação – tendo iniciado sua carreira como auxiliar de ensino –, permitiu a elaboração de uma avaliação crítica que permearia algumas produções intelectuais dedicadas em pensar a respeito do papel da universidade pública. Alguns trechos da entrevista concedida evidenciam a maneira como as ações repressivas foram recebidas pela academia. Essas ponderações permitem avaliar como alguns de seus membros organizaram estratégias de resistência no cotidiano, criando condições para sustentar a continuidade dos trabalhos acadêmicos, inclusive, as atividades de ensino.

Sabe-se que o trabalho de memória solicita de cada sujeito histórico em situação de entrevista a reconstrução organizada de uma série de experiências no tempo. O resultado desse processo é revelador já que a maneira como as experiências são apresentadas no presente e o modo como foram costuradas a uma dinâmica social mais ampla, expressam as opções sensíveis que caracterizam a essência de uma narrativa (PORTELLI, 1996). Isso significa dizer que, as narrações produzidas no âmbito da história oral, precisam ser compreendidas como uma interpretação pessoal e

autobiográfica, todavia, também, como resultado de múltiplas relações estabelecidas com diferentes grupos sociais e em diferentes temporalidades:

Há outro paradoxo também naquele tempo que precisa ser avaliado. Como existiam poucos cursos de Filosofia no Brasil, havia essa reprodução que os organismos oficiais chamam de endógena, os próprios formados na instituição continuam ali pela impossibilidade de haver outra opção. Naquele tempo era assim, no Rio, em Belo Horizonte, Porto Alegre havia alguma coisa, mas eram poucos os cursos. Todos eles tinham essa dificuldade também porque foram atingidos todos os cursos importantes de Filosofia. Então eu e meus colegas que terminamos o curso em torno de 1971 fomos contratados para cobrir esse buraco. Todos muito jovens fomos contratados em torno de 5 de uma vez só. Alguns que seriam contratados não puderam ingressar por conta da ficha política. Foram recusados. (SILVA, 2012)

Essas palavras marcam um momento nevrálgico da entrevista aqui analisada. A narrativa parece reconhecer o presente como um tempo cravejado de “agoras”, na significativa imagem produzida por Benjamin (LÖWY, 2005). Com a mesma ênfase, observa-se que a questão da resistência à ditadura é apresentada de maneira articulada à sua atuação acadêmica e a daqueles que puderam assumir a tarefa de dar continuidade aos trabalhos executados pelo Curso de Filosofia. Franklin conta que começou sua carreira como auxiliar de ensino em 1972 devido à falta de professores provocada pelas cassações e/ou perseguições empreendidas pela ditadura: “Esse foi então o início da minha carreira. Naquela época não se exigia nenhum título, apenas a graduação. Isso era uma coisa proposital, que o professor fizesse a sua carreira concomitantemente a sua atividade docente” (SILVA, 2012).

Por se tratar de um tema presente na memória coletiva de um grupo, os primeiros anos de atividade docente foram abordados cuidadosamente pelo narrador. Ao falar sobre a sua própria atuação, Franklin acaba explicitando as tensões vividas pelo conjunto daquela comunidade docente pressionada entre o avanço do autoritarismo sobre a universidade e a necessidade de manter a instituição em funcionamento. Como revelado, jovens graduandos, alguns pós-graduandos, tiveram de sustentar as pesquisas acadêmicas e os departamentos em funcionamento, muitas vezes, ocupando as vagas de seus antigos professores e orientadores que

tinham sido cassados, aposentados ou encaçados pelo regime militar (NAPOLITANO, 2014).

Para enfrentar as perseguições políticas impostas à Faculdade de Filosofia e o avanço do processo de profissionalização que alterava paulatinamente – mas de forma impiedosa a fisionomia da universidade –, Franklin afirma que foi preciso evocar o potencial crítico do trabalho acadêmico, pautando suas dimensões administrativa e pedagógica. A mensagem do narrador não pretende deixar margem para dúvidas, em um contexto no qual os rumos e o papel da universidade pública estavam sendo intensamente debatidos, assumir um cargo acadêmico que tinha sido ocupado por um mestre cassado significava um desafio pessoal e também um compromisso político:

Acompanhei muito essas discussões, em quase todas as assembleias a questão da universidade aparecia com muita força e criava situações difíceis para cada um de nós. Pelo simples fato de você estar na universidade onde os seus mestres haviam sido cassados... Somente por isso você poderia ser considerado um traidor. Não por outra pessoa, mas por si mesmo. De qualquer maneira, nós éramos muito incentivados pelos próprios professores cassados que diziam: “Você tem que continuar! Tem que manter a universidade...”. Mas, enfim, sempre teve uma ambivalência em relação a isso. E a gente era sempre solicitado a tomar posições muito diferentes e opostas. (SILVA, 2012).

Com essas palavras a emoção tomou conta do espaço narrativo. Trazer à tona a questão da responsabilidade de ter assumido a vaga de um professor que havia sido obrigado a deixar suas funções por causa da repressão ditatorial, significou dizer que o momento inicial da carreira havia sido marcado por uma difícil escolha profissional e política. Estava evidente que falar sobre o início de sua carreira como professor da FFLCH-USP tinha um significado ainda muito doloroso. Abordar as disputas por memória em torno do preenchimento das vagas ocasionadas pelas cassações em um contexto político de resistência ao regime militar significou restaurar, no tempo presente, os compromissos assumidos em defesa da universidade pública e de um projeto de formação atrelado a valores democráticos e republicanos.

Os relatos de Franklin indicaram, dessa maneira, a presença de um projeto de resistência à ditadura que combinava rigor intelectual e agudo potencial de questionamento político em franco diálogo com uma memória coletiva docente. Outras entrevistas realizadas com professores titulares – cujas trajetórias são contemporâneas à do nosso entrevistado –, ressaltaram também que as tensões que se abateram sobre a universidade forjaram professores preocupados com a condição social dos intelectuais e com o papel a ser desempenhado pela universidade pública no país (BIAZO, 2014). Desenhava-se, assim, uma condução específica do trabalho acadêmico diante de uma perspectiva intrincada e balizada entre a resistência à ditadura e a necessidade de contribuir para a construção de um projeto de redemocratização para o país.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO: UNIVERSIDADE PÚBLICA E AUTONOMIA DOCENTE

Nota-se como o pensamento bergsoniano poderia ser efetivamente revolucionário se pudéssemos apreendê-lo na radicalidade do que ele propõe tanto para a filosofia quanto para a vida. E vemos também como o tempo é a chave de tudo isso: conforme o modo como venhamos a entendê-lo e a vivê-lo, a existência poderá ser a continuidade conservadora do que nos resignamos a ser ou a aventura imprevisível de tudo que possamos vir-a-ser. (SILVA, 1992)

Esse é um pequeno fragmento que encerra o artigo produzido por Franklin citado no início desse trabalho. Quando transferida para a narrativa que versa sobre sua própria história de vida acadêmica, a proposta de problematizar a relação entre tempo e espaço ganha uma conotação especial e provocadora. No enredo costurado durante a entrevista, a FFLCH-USP é apresentada como uma casa, um espaço acadêmico, um *ethos* no qual Franklin atua em diferentes temporalidades. As tensões estabelecidas pelo narrador entre presente, passado e futuro são a chave para a elaboração de uma análise compreensiva do contexto ditatorial que marcou coletivamente a instituição.

As experiências narradas, reconstruídas por meio da memória, transformam antigos espaços ora percorridos em territórios submetidos a

um regime de disputa. Estes lugares já não podem ser, pois, compreendidos como objetos reificados, mas passam a ser também parte de uma experiência temporal na qual o que era seguro agora se move e se remodela no intervalo que delinea as articulações do trabalho de memória no presente (POLLAK, 1999). Ao falar sobre a própria trajetória de vida acadêmica, Franklin pode elaborar sua experiência em perspectiva temporal, experimentar a duração do “próprio tempo”, os “próprios” regimes de temporalidade que, de alguma maneira, delimitam fronteiras em sua história de vida e reflexões sobre si mesmo no mundo.

Ecléa Bosi ensina que “recordar é sempre um ato de criação através do qual o sujeito organiza uma ordenação pessoal que obedece a uma *lógica afetiva* cujos motivos ignoramos” (BOSI, 2003, p. 62). A lógica afetiva destacada por Bosi é, assim, o desafio e o fardo de todo oralista já que representa justamente a essência da fonte oral de onde partem as problematizações: “a narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos” (BOSI, 2003, p.66).

Se, para Ecléa Bosi, toda narrativa é configurada por “uma *intenção* que orienta seu fluir dinâmico” (BOSI, 2003, p. 63), José Carlos Sebe Bom Meihy acrescentaria que essa intenção precisa ser investigada como uma *aspiração por identidade*. (MEIHY, 2010). Toda narrativa, nessa perspectiva, precisa ser reconhecida como parte de uma escolha consciente do narrador, amarrada, por sua vez, a uma série de processos vinculados a uma dinâmica afetiva, de ordem subjetiva e atrelada à produção de identidades.

Na senda aberta pelos trabalhos de Bosi e de Meihy, uma pergunta não pode deixar de ser feita: qual é, afinal, a identidade intelectual reivindicada por Franklin Leopoldo e Silva na história de vida apresentada? Uma das noções chave que concede significado à construção identitária estabelecida na entrevista é a de autonomia, entendida aqui a partir da produção acadêmica do próprio narrador a respeito do conceito de emancipação problematizado por Theodor Adorno (SILVA, 2001). A questão da autonomia está presente ao longo da narrativa apresentada por Franklin, configurando-se como um motor que orienta a composição de um enredo dinâmico de vida acadêmica. Em uma passagem a respeito de sua atividade política nos

tempos em que era discente na Maria Antônia, o narrador em tela conta como desempenhou uma participação ativa no Centro Acadêmico de Filosofia, reivindicando cuidadosamente um papel específico e autônomo:

Sempre tive essa postura de me manter à parte. Isso causava muito estranhamento porque atuei três anos no Centro Acadêmico sem pertencer a nenhum partido. Isso era muito estranho para as pessoas, como elas não sabiam de onde eu vinha, ficava a dúvida do que iria fazer. Como não havia um programa nítido, nunca ocupei posições importantes como a de presidente. No entanto as pessoas que eram muito engajadas e me conheciam, me chamavam para colaborar independentemente de não pertencer ao partido deles. Essa era uma responsabilidade que eu assumia com todos. Mas nunca cedi a convites a vida inteira, até hoje. Nunca me inscrevi em nenhum partido. (SILVA, 2012)

Há uma evidente ênfase na construção de uma história de vida balizada pela noção de autonomia. Como toda identidade é estabelecida em relação aos outros, nota-se que aqui a diferença é delineada entre o seu modo específico de engajamento político e aquele empreendido pelos demais membros do Centro Acadêmico. Reivindica-se, dessa maneira, a construção de uma identidade como estudante engajado, mas autônomo, ou seja, que não aceita o estabelecimento de um vínculo político partidarizado como o único possível (TADEU DA SILVA, 2000).

O autor conta ainda que essa postura política independente de engajamentos partidários, desempenhada como membro da diretoria do Centro Acadêmico de Filosofia, o teria levado a experienciar uma situação extrema na qual todas as atividades de cunho estudantil tiveram que ser encerradas, inclusive para preservar a segurança dos seus próprios colegas:

Aconteceu que algumas pessoas tinham que se ausentar definitivamente ou temporariamente, principalmente aquelas mais entrosadas em relação a aspectos mais amplos e, portanto, houve momentos em que o Centro Acadêmico era reduzido a mim. Depois, por precaução, tivemos que dar fim oficial a essa entidade. Destruímos documentos e essa coisa toda porque não havia mais condição de mantê-lo. Mesmo aqui no campus, um lugar longe e ermo, a presença da polícia era muito ostensiva. Tivemos então que dar fim a isso. (SILVA, 2012)

Outro aspecto que merece ser ressaltado na avaliação que o professor faz da trajetória de sua geração, diz respeito à importância política que o estudo das humanidades adquiriu no combate à ditadura. Cultivar estudos e

pesquisas de maneira rigorosa era um gesto de engajamento político estudantil atrelado à aquisição de uma formação intelectual integral, princípio essencial do ensino público:

A resistência se concentrava muito no caso das humanidades principalmente no rigor teórico de leitura e assimilação dos textos e das ideias. Achava-se que somente essa reflexão aprofundada e rigorosa de textos e ideias já era uma maneira de resistir à barbárie que estava invadindo a universidade. Porque também havia na concepção do Regime Militar uma intenção de rebaixamento da universidade, tendo em vista que esse rebaixamento repercutiria negativamente no seu papel político. Como não se podia explicitamente fazer política e falar de política, porque a repressão era muito forte, esse sentido teórico de estudo das humanidades aparecia como uma forma de resistir a isso. Ou seja, havia a preocupação com a formação de um indivíduo engajado que passava por esse rigor conceitual e teórico, para que depois ele pudesse pensar questões importantes da realidade política, inclusive, a partir desse embasamento. Essa mentalidade era muito explícita e nós éramos constantemente advertidos da necessidade desse acompanhamento e, portanto, ser um bom estudante era também um ato político. (SILVA, 2012)

Desenha-se, assim, uma identidade intelectual que vincula a formação teórica e política em humanidades à construção de diferentes frentes de combate e resistência à ditadura. A partir desses princípios cultivados em sua prática acadêmica como professor, é possível compreender os esforços mobilizados no desenvolvimento de estudos e reflexões amadurecidas ao longo de décadas sobre o papel da universidade pública e de seus pesquisadores.

A noção de autonomia está presente em muitas passagens da narrativa construída sobre sua trajetória de vida acadêmica e tem um papel muito significativo quando Franklin examina a universidade pública e suas atribuições em nossa sociedade. Nessa perspectiva, a noção de autonomia é reivindicada para problematizar a universidade pública como uma autarquia. Na passagem abaixo, o professor avalia o papel da universidade pública, em especial, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP para a sociedade:

O papel da FFLCH sempre foi discutido de maneira muito enviesada. Existem aí duas posições igualmente extremas. Essa questão é análoga àquela que eu comentava a respeito do sacrifício ou não da universidade em prol de uma causa maior. Há aqueles que veem a

universidade pública como totalmente voltada para a sociedade e submetida a sua demanda e, de outra maneira, há aqueles que veem a universidade pública no sentido de uma instituição independente de qualquer poder, inclusive das demandas sociais. Acho que há um pouco de idealidade nos dois casos. Ser uma autarquia significa isso, ter uma relação com as demandas sociais e uma relação com o poder, ambas são inevitáveis. Ao mesmo tempo uma autarquia constrói essas relações de tal modo que elas não afetem a independência da Faculdade. É impossível não ter relações com o poder. Seria utópico. Ignorar a sociedade é um absurdo também. É preciso construir relações mediadas por aquilo que a universidade tem de específico. Não é necessário estar diretamente ligado ao governo, não precisa, a universidade também não está imediatamente submetida às demandas sociais. Nos dois casos é preciso construir mediações que preservam o espaço próprio da universidade e, nesse sentido, ela atende o seu caráter de instituição que tem a ver com o governo e com os impostos que a população paga e também com as demandas sociais que a pressionam enquanto um organismo social. Então a sociedade civil e as demandas de Estado têm de repercutir, mas desde que isso não se torne uma relação de ingerência e subordinação. Para que isso não aconteça proponho essa mediação, o que significa que a universidade deve responder a essas demandas universitariamente. Quando você consegue definir esse caráter você sabe que está desempenhando um papel universitário. (SILVA, 2012)

Esse longo trecho de narrativa professoral sobre o papel da universidade pública evidencia que as ponderações apresentadas são resultado de um processo de amadurecimento acadêmico particularmente atrelado à formação e ao acúmulo de experiências vivenciadas na FFLCH-USP desde os tempos da Maria Antônia. A concepção de universidade pública como autarquia é fruto de uma história de vida acadêmica galvanizada entre a ditadura e a redemocratização política. Mais uma vez, a noção de autonomia apresenta-se como o fiel da balança que sustenta uma elaborada avaliação sobre a relação entre universidade e sociedade.

A noção de autonomia representa, assim, a baliza e o fio condutor que dá sentido à costura de uma carreira intelectual pautada por uma postura independente. Dessa maneira, apresentam-se alinhavadas múltiplas experiências ao longo de sua história de vida: a atividade autônoma no Centro Acadêmico, a formação como leitor crítico emancipado, o início da carreira como professor e a defesa da autonomia da universidade pública. Essas passagens podem ser compreendidas como uma síntese que revela um compromisso rigoroso e sofisticado desse docente para com a sociedade. Trata-se de uma conduta que ecoa um trabalho acadêmico desempenhado por toda uma geração que resistiu à ditadura no âmbito da

Maria Antônia. Nesse sentido, a trajetória aqui examinada pode ser compreendida em sua densidade quando observada como parte integrante de amplos esforços que foram dedicados à construção, preservação e desenvolvimento da área de humanidades no interior da FFLCH-USP e em muitas outras universidades.

Como diria o Prof. Franklin: Segundo Theodor Adorno, “a emancipação é condição fundamental para quem deseja combater a barbárie vigente em nosso cotidiano. Contudo, o mesmo autor também pergunta: Como educar para a emancipação se as determinações sociais e históricas pressionam no sentido da anulação do sujeito enquanto agente consciente e livre?” (SILVA, 2001). A história de vida apresentada por Franklin é fruto de uma insistente problematização sobre a importância de uma práxis intelectual autônoma: aquela capaz de interrogar com rigor e, permanentemente, os ideais humanistas e emancipatórios debatidos, inclusive, ao longo da sua experiência profissional como aluno e professor na FFLCH-USP.

O tom vital, afinal, que mobiliza a intriga narrativa e possibilita aos leitores relacionarem as experiências de Franklin ao presente, poderia bem ser traduzido pela pergunta: “o espaço de pensamento crítico que permite a formação estaria ainda preservado, de alguma maneira, na universidade pública?” (SILVA, 2001). A fisionomia intelectual reivindicada pelo professor em tela está baseada nesse e em outros questionamentos perenes, como atesta a sua produção acadêmica sobre a universidade: até quando a educação institucionalizada resistirá à instrumentalização crescente e a universidade continuará a assumir a perspectiva crítica de que trata Adorno? (SILVA, 2001).

FONTE

SILVA, F. L. Entrevista realizada em 24 de outubro de 2012. Conferida e autorizada. São Paulo – SP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **Memorial de Titulatura**. São Paulo: FFLCH-USP, 2004.

ADUSP. **O controle ideológico na USP (1964-1978)**. São Paulo: Adusp, 2004.

BIAZO, G. C. F. **Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP)**. Tese de Doutorado (História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARDOSO, I. Maria Antônia: o edifício de nº 294. In: CARDOSO, I. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

COMISSÃO DA VERDADE DA USP. **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, IPM e Professores Cassados**. São Paulo: EDUSP, 2018.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História". São Paulo: Boitempo, 2005.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, J. C. S. B. Memória, história oral e história. **Oralidades - Revista de História Oral/USP**, Nº 8, p. 179-191, Jul./Dez. 2010.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

MOTTA, R. P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, nº 16, jan.-jun. 2008, p.30-67.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1999.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp. 2007.

RICOEUR, P. A marca do passado. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 5, n. 10, p. 329-349, 31 dez. 2012.

SAVIANI, D. A questão teórica na constituição do espaço acadêmico da pedagogia no Brasil. In: **A Pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, F. L. Bergson e Proust - tensões do tempo. In: Adauto Novaes. (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SILVA, F. L. A perda da experiência da formação na universidade contemporânea. **Tempo Social** - *Rev. Sociologia/USP*, São Paulo, 13(1): 27-37, maio de 2001.

TADEU DA SILVA, T. A produção social da identidade e da diferença. In: TADEU DA SILVA, T. & HALL, S. (orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.